

Economia brasileira é alvo de críticas; analistas jogam a toalha

Em uma semana de indicadores como inflação no teto da meta estipulada pelo governo para 12 meses, dólar em alta, rebaixamento da perspectiva de avaliação da economia do País por uma agência de avaliação, Bovespa fechando no menor patamar desde 2011 e mais críticas da revista The Economist ao ministro Guido Mantega, os especialistas já "jogaram a toalha". Para eles, o governo brasileiro desistiu de tentar fazer a economia crescer ainda em 2013. O consenso é que o avanço do Produto Interno Bruto (PIB - soma de todas as riquezas do País) fique abaixo dos 2,5%. O combate à inflação é a prioridade e novos esforços para promover o crescimento só deverão provocar efeitos em 2014, já tendo em vista o ano eleitoral, dizem analistas.

Para o professor de Finanças do Ibmecc-RJ Gilberto Braga, o foco do governo agora está em controlar a inflação, já que as medidas de incentivo ao consumo e as desonerações não geraram o efeito desejado. "O governo jogou a toalha no crescimento de 2013 e trabalha com um PIB de 2,5%. A aposta agora é em 2014, ano eleitoral. Ao invés de soltar mais crédito agora ele resolveu deixar o freio de mão puxado", diz.

Dados da última sexta-feira mostram que a inflação oficial, medida pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), está em um patamar incômodo - o acumulado em 12 meses está em 6,5% no limite da meta do governo federal para este ano, que é de 4,5% com margem de dois pontos percentuais para cima ou para baixo. O PIB, divulgado há cerca de 10 dias, também não é o ideal - o acumulado do 1º trimestre ficou em 0,6%, abaixo da previsão inicial de 0,9% de analistas. Com esses dados, o governo teve que diminuir a expectativa de crescimento econômico de, no máximo, 2,5%. No acumulado dos 12 meses, a economia apresentou até o final de março desse ano um crescimento de 1,2%.

"O Brasil tem que melhorar o investimento, mas o problema é que o investidor tem que sentir que existe um ambiente favorável. A questão externa e o excesso de ingerência governamental geram uma instabilidade que faz com que o investidor se afaste e as perspectivas nesse caso sejam no máximo medianas", diz o professor de economia da ESPM-RJ Roberto Simonard.

Planos para 2014

Simonard afirma ainda que apenas no final desse ano o governo deve voltar a investir em uma política para promover o crescimento econômico. "Agora serão apenas medidas pontuais e no fim do ano o governo deve dar algum estímulo ao consumo, em um momento em que o ciclo de altas na taxa básica de juros (Selic) deve ter acabado e o patamar estará confortável para algumas desonerações tributárias. Dessa forma, é possível que a economia comece a reagir no próximo ano, que é eleitoral." Segundo ele, em 2014, já com a inflação a níveis mais baixos, o governo vai dar estímulos para a economia voltar a crescer.

Para o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Rogério Mori, o governo brasileiro está em uma situação complicada pela dificuldade de se dividir entre uma política de crescimento econômico e outra de controle da inflação. "Durante um tempo, teve uma aposta de que a inflação iria ceder em algum momento, mas isso não aconteceu com os estímulos monetários e fiscais. Mas esse é um momento de reversão do processo, prioridade pelo combate à inflação."

Simonard concorda que o governo vinha focado no estímulo ao consumo e redução de carga tributária, seguindo na linha de expansão de renda, mas o aumento da taxa básica de juros praticado nas últimas duas reuniões do Copom deixa claro que o projeto agora é outro. "Para conter a inflação, o governo deveria também repensar seus gastos, que estão muito altos. O governo segue apostando que haverá uma tendência de baixa dos preços dos alimentos por causa da nova safra, mas não pode contar tanto com isso", diz.

Críticas externas

Na opinião da revista britânica The Economist, o Brasil já deixou de ser um exemplo de economia em avanço. Nesta semana, publicação voltou a criticar o ministro Mantega, ao afirmar ironicamente que, já que as avaliações anteriores da revista britânica tornaram-no "intocável", pedirá agora que ele continue em seu cargo. "Foi amplamente noticiado no Brasil que nossa impertinência teve o efeito de tornar o ministro da Fazenda intocável. Agora, vamos tentar um novo caminho. Pedimos que a presidente (Dilma Rousseff) mantenha-o a todos os custos: ele é um grande sucesso", afirmou a The Economist em editorial.

O texto será publicado na edição impressa deste fim de semana. Num artigo de dezembro de 2012, a revista recomendou a demissão de Mantega em função do fraco desempenho da economia brasileira. Pouco após a publicação do editorial, Dilma afirmou que "de maneira alguma" consideraria a sugestão e que o governo não seria "influenciado por opinião de uma revista que não seja brasileira".

No mais recente editorial, a The Economist critica a política econômica do Brasil, afirmando que o País se afastou do "caminho estabelecido pelo Plano Real", e que a fórmula por trás do sucesso brasileiro está sendo lentamente abandonada. "Investidores ficaram confusos sobre as políticas econômicas brasileiras. Essa incerteza contribuiu para uma performance medíocre", segundo a The Economist.

Já a agência de classificação de crédito Standard & Poor's revisou na quinta-feira a perspectiva do rating soberano do Brasil em moeda estrangeira de "estável" para "negativa", citando o fraco crescimento econômico e a política fiscal expansionista. Atualmente, a nota da S&P de longo prazo atribuída ao País é "BBB", um degrau acima do piso da faixa considerada grau de investimento.

"Podemos rebaixar o rating nos próximos dois anos se o contínuo lento crescimento econômico, os fracos fundamentos fiscais e externos, e alguma perda da credibilidade da política fiscal por sinais ambíguos na política, diminuírem a capacidade do Brasil de gerenciar um choque externo", disse a S&P.

Ainda segundo a agência, atrasos na implementação de medidas para impulsionar o investimento privado, especialmente na área de infraestrutura, podem contribuir para baixa expansão do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todas as riquezas) neste e no próximo ano, elevando o risco de maior enfraquecimento fiscal e de aumento no custo da dívida pública.

Fonte: Terra. [Portal]. Disponível em:

<http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201306091200_TR_R_82270630> . Acesso em: 10 jun. 2013.